



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

LUAN GUEDES GOULART

CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO

Um caminho teórico desde a análise tradicional do conhecimento

FLORIANÓPOLIS

2019

LUAN GUEDES GOULART

CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO

Um caminho teórico desde a análise tradicional do conhecimento

Trabalho de conclusão de curso de graduação em
Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.
Orientador: Prof^o Dr. Alexandre Meyer Luz

FLORIANÓPOLIS

2019

LUAN GUEDES GOULART

CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO

Um caminho teórico desde a análise tradicional do conhecimento

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Filosofia” e aprovado em sua forma final pelo Curso Filosofia.

Florianópolis, 10 de Dezembro de 2019.

Profº Dr. Jaimir Conte

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Alexandre Meyer Luz

Orientador

Prof(a). Dra. Jeane Silva

Avaliador(a)

Profº. Dr. Ivan Ferreira da Cunha

Avaliador(a)

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe, aos meus pais e aos meus professores.

AGRADECIMENTOS

Pouca coisa, se é que alguma coisa, faz-se sozinho nesta vida. Este trabalho de conclusão de curso é apenas um pequeno passo na minha caminhada acadêmica. No entanto, foi preciso do auxílio de muitas pessoas para que eu conseguisse chegar até aqui.

O primeiro agradecimento, como manda a tradição, vai aos meus pais. Visto que são os únicos que me acompanham desde o nascimento e que me ensinaram todas as primeiras coisas até aqui, nada mais justo. Agradeço, também, ao fato de que graças a eles eu consegui manter certos privilégios. Durante toda minha vida estudantil, incluindo a universitária, não precisei trabalhar durante o ano letivo, o que me proporcionou maior tempo e comodidade para me dedicar aos estudos. Sou grato.

O segundo agradecimento vai a todos os meus professores, daqueles que me ensinaram o alfabeto na infância aqueles que me ensinaram teorias complicadíssimas na universidade. Os professores são, de longe, para mim, a profissão mais digna. Quero dedicar minha vida a docência e poder ser para alguém o que os meus professores foram para mim.

O terceiro e último agradecimento vai a todos aqueles que me ajudaram a abstrair nas tão importantes horas de lazer das nossas vidas. Amigos, familiares, colegas e parentes foram essenciais nesse ponto. Depois de massivas horas de estudo durante a semana, eu podia contar com eles para pensar em nada nos meus momentos de lazer- coisas que nós, aspirantes a filósofos, muitas vezes temos dificuldades de fazer.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo explicar o que é a teoria do Contextualismo Epistêmico de David Lewis. Para cumprir o objetivo com alguma inteligibilidade e didática, explicar-se-á desde os conceitos básicos envolvidos na tradicional análise tripartite do conhecimento até a teoria do Contextualismo Epistêmico propriamente dita. Seguir-se-á uma ordem nas análises e nas explicações das teorias, criando conexões nas explicações e na ordenação dos conteúdos. Pretende-se, com isso, guiar o leitor através do campo teórico da epistemologia, criando uma cadeia causal de relações epistemológicas que levaram os epistemólogos ao Contextualismo Epistêmico. Depois de o percurso teórico proposto ter sido introduzido, apresentar-se-á a formulação do Contextualismo Epistêmico de David Lewis que, longe de qualquer suspeita, está entre aqueles que mais contribuíram para tal discussão. Os pontos positivos e negativos da formulação de Lewis serão expostos, bem como os diferentes compromissos filosóficos assumidos por ele. Ao final do trabalho, como conclusão, haverá uma breve reflexão sobre os alguns prós e contras do Contextualismo e sobre os novos desafios que surgem com essa teoria ainda tão recente na história da filosofia.

Palavras-chave: Contextualismo Epistêmico; Epistemologia; Teoria do Conhecimento.

ABSTRACT

The present work has as main objective to explain what is the theory of Epistemic Contextualism. In order to fulfill the objective with the intelligibility and didactic, it will be explained from the basic concepts involved in the traditional analysis of knowledge to the theory of Epistemic Contextualism itself. It will follow a order in the analyzes and explanations of theories, creating a relation in the ordering of the contents. It is intended, therefore, to guide the reader through the theoretical field of epistemology, creating a causal chain of epistemological relations that led epistemologists to epistemic contextualism. After this introductory theoretical path, the formulation of David Lewis' Epistemic Contextualism will be presented. Lewis, no doubt, is among those who contribute most to such a discussion. The positive and negative aspects of Lewis formulation will be exposed, as well as the different philosophical commitments assumed by him. At the end of the paper, as a conclusion, there will be a brief reflection on the pros and cons of Contextualism as a whole

and on the new challenges that arise with this still so recent theory in the history of philosophy.

key-words: Epistemic Contextualism; Epistemology; Theory of Knowledge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO	10
1.1 CRENÇA	12
1.2 VERDADE	13
1.3 JUSTIFICAÇÃO	15
1.4 PROBLEMA DE GETTIER	16
2. CETICISMO	18
2.1 O PADRÃO NA ARGUIÇÃO CÉTICA	20
3. CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO	25
3.1 ALTERNATIVAS RELEVANTES	25
3.2 O CASO DO BANCO	26
3.3 DAVID LEWIS	28
3.4 ULTIMAÇÃO	32
4. CONCLUSÃO	34
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Há milênios a filosofia é desafiada pelas diversas correntes céticas, em especial na área da epistemologia. Houve, nesse grande intervalo de tempo, numerosas tentativas de lidar, refutar ou entender o apelo lógico dos argumentos céticos. Aparentemente todas as tentativas tiveram êxitos e falhas. Não obstante, em um passado muito recente, surgiu uma nova teoria que procura, através da intersecção entre epistemologia e filosofia da linguagem, encarar de maneira inédita o ceticismo epistemológico.

A chamada Teoria do Contextualismo Epistêmico, que, na versão de David Lewis, (1973; 1979; 1980; 1986; 1996) é o cerne deste trabalho, procura na supracitada intersecção entre duas áreas da filosofia, uma forma de delimitar o território em que a lógica dos argumentos céticos possa ter força. Uma das grandes transformações propostas por essa teoria consiste no fato de que ela não pretende refutar o apelo lógico dos argumentos céticos. Substitui-se esse intento por uma espécie de restrição linguística que pretende determinar em que ambientes há nexos e em quais não há no uso da metodologia cética.

Este novo projeto de compreensão do argumento cético só é possível pelo recente tratamento dado pela teoria às atribuições de conhecimento. Como o próprio nome da teoria sugere, pretende-se, a partir de uma análise epistemológica alternativa para as atribuições de conhecimento, tratá-las como sensíveis ao contexto em que são proferidas. Muitos caminhos diferentes são propostos pelos próprios contextualistas. Alguns proponentes comparam o uso do termo ‘conhecimento’ com o uso de outros termos sensíveis ao contexto, sejam os indexicais, como ‘aqui’ e ‘agora’, sejam graduais, como ‘rápido’ e ‘alto’. Já Lewis prefere entender que as variações de contexto são menos ligadas à semântica do termo e mais ligadas às consequências de se estar errado. Vale ressaltar que a teoria do Contextualismo Epistêmico não diz respeito a um estudo da natureza do conhecimento, apesar de poder ter implicações nessa área. A teoria, e, por consequência, este trabalho, se dedica a estudar as atribuições de conhecimentos - aquelas feitas na linguagem cotidiana.

Contudo, para que haja uma boa compreensão da teoria, faz-se necessário trabalhar conceitos básicos de epistemologia nos primeiros capítulos deste trabalho. Dedicar-se todo o primeiro capítulo à análise tradicional do conhecimento e a compreensão de conceitos básicos envolvidos nessa análise. Investiga-se, também, um problema primordial que faz com que se saiba que a análise tradicional, apesar de amplamente aceita, precisa ser aprimorada.

Já no segundo capítulo, estuda-se o ceticismo e suas implicações. Delimita-se qual ceticismo, dentre tantos que se apresentam à filosofia, está em foco. Entender o problema do ceticismo é parte fundamental do trabalho, uma vez que é a razão de ser da teoria que há de ser trabalhada. Neste capítulo estuda-se, também, o suposto padrão da forma de argumentação cética, ou seja, o modo de impor, através de um argumento, seu apelo lógico.

No terceiro capítulo analisa-se a teoria das alternativas relevantes, que, de um modo ou de outro, concedeu aos contextualistas, em especial David Lewis, muitas das ferramentas que, depois de aprimoradas, foram usadas na elaboração de sua própria teoria. Trabalha-se, também, nesse capítulo, a própria teoria do Contextualismo Epistêmico proposta por Lewis, que está intimamente ligada com a teoria das Alternativas Relevantes. Analisam-se as virtudes e os vícios dessa teoria, seus alcances e suas limitações. Pensam-se também, neste capítulo, novos problemas que surgem a partir da teoria de Lewis. Existem outras formulações do contextualismo disponíveis na epistemologia, como a de Keith DeRose (1992; 1995; 1996; 1999; 2008; 2009) ou de Stewart Cohen (1986; 1987; 1988; 1999; 2000), por exemplo. No entanto, por questões de escopo e objetivo deste trabalho, será trabalhada, de forma concisa, somente a formulação de Lewis.

O final deste trabalho contará com uma seção dedicada a conclusão. Propõe-se, nessa seção, uma reflexão sobre os prós e contras da formulação do Contextualismo Epistêmico como estratégia que une filosofia da linguagem e epistemologia para lidar com o problema do ceticismo.

1. ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO

Constantemente define-se epistemologia como o ramo da filosofia que estuda o conhecimento, e essa definição, de fato, não está errada. No entanto o termo ‘conhecimento’, por si só, pode assumir significados diversos e pode ser estudado por diversas abordagens. Para um recorte mais apropriado do trabalho da epistemologia contemporânea, pode-se dizer, então, que o epistemólogo procura, através do estudo das atribuições de conhecimento na linguagem cotidiana entender melhor 1) a natureza do conhecimento e 2) as próprias atribuições de conhecimento. No estudo do primeiro tipo, que mira entender melhor a natureza do conhecimento, estuda-se a essência do conhecimento, ou seja, o que faz com que uma proposição¹ qualquer possa ser entendida como conhecimento. Busca-se entender, então, o que constitui o conhecimento, seus elementos e fatores. Já nos estudos do segundo tipo, que visam a entender as atribuições de conhecimento, analisam-se as regras epistêmicas que estão em jogo quando um sujeito qualquer faz uma atribuição de conhecimento a alguém ou a si mesmo. É possível, e até comum, que os dois tipos de trabalhos se entrelaçem, no entanto, eles podem existir separadamente.

Atribuições de conhecimento funcionam como qualquer outra atribuição de alguma característica a um sujeito. Pode-se atribuir a característica de ser belo, feliz ou conhecedor à alguém, no entanto, aqui, só a última nos interessa. As atribuições de conhecimento, que se faz cotidianamente, se dão basicamente de três modos:

- 1) Guilherme *conhece*² Isabela;
- 2) Javier Bardem *sabe* atuar;
- 3) Fernanda *sabe que* tem ovos em casa.

O primeiro exemplo consiste em uma atribuição de conhecimento a um sujeito (Guilherme) que se mostra capaz de diferenciar sua namorada, Isabela, dos demais seres humanos que lhe circundam. Esse tipo de conhecimento aparentemente não exige reflexão, apenas um certo tipo de contato ou familiaridade com o objeto conhecido a ponto de

¹ Para os fins deste trabalho, entende-se por ‘proposição’ qualquer sentença que possa ser tomada ou como verdadeira ou como falsa.

² Vamos tomar os verbos “saber” e “conhecer” como sinônimos. Vale ressaltar que em algumas línguas, como o Inglês, por exemplo, há somente uma palavra para designar ambos os termos.

conseguir diferenciar esse objeto de outros semelhantes. Todo uso desse tipo de alguma variável do termo ‘conhecimento’ chamaremos de *conhecimento por familiaridade*.

O segundo exemplo consiste em um outro tipo de conhecimento atribuído. Quando se diz que Javier Bardem *sabe* atuar, não se está querendo dizer que ele o sabe por ter familiaridade com o objeto da atuação. Está se atribuindo a Javier, na verdade, uma habilidade, a saber, de atuar. Habilidade esta que se aprende através da repetição incessante de técnicas, diferentemente do conhecimento por familiaridade. E é por isso que chama-se esse tipo de conhecimento de *conhecimento por habilidade*.

No terceiro exemplo, tem-se um uso de uma variante do termo ‘conhecimento’ que não se encaixa nos tipos supracitados. Seria demasiado estranho dizer que Fernanda sabe que tem ovos na sua casa por sua familiaridade com o objeto a ser conhecido, a saber, ovos. Também seria muito estranho sustentar a ideia de que Fernanda sabe ou não se tem ovos na sua casa por uma habilidade que ela adquiriu através de treino incessante. Esse tipo de conhecimento é diferente porque se dá sobre uma proposição (Fernanda *sabe que* tem ovos em casa). Este tipo específico de conhecimento, dado sobre proposições na forma “S sabe que P” (onde “S” é qualquer sujeito e “P” qualquer proposição), chama-se de *conhecimento proposicional*.

Em caso de se querer verificar se existe ou não um caso de conhecimento por familiaridade, como no caso do Guilherme, por exemplo, pedir-se-á a ele uma demonstração de sua capacidade de identificar Isabela, sua namorada, dentre outras pessoas. No caso de Javier, para verificar se ele sabe ou não atuar, basta assistir a um de seus vários filmes ou constatar que ele ganhou um Oscar por sua atuação em “No Country for Old Man”. Mas no caso de Fernanda, para saber se ela sabe que há ou não ovos em sua casa, não é suficiente que se vá até a casa dela e verifique. Afinal, Fernanda poderia, sem nenhum motivo racional para tal, palpitar que possui ovos em sua casa e, por mera sorte, acertar. Em um caso como esse, no qual Fernanda acerta por mera sorte, não parece correto atribuir conhecimento à Fernanda.

O que se espera de Fernanda, ou de qualquer outro pretendente a possuir conhecimento proposicional, é que ela possa justificar sua posição. No caso dos ovos acima, a justificativa poderia ser algo como “eu sei que tem ovos na minha casa porque os comprei nesta manhã, os deixei na geladeira e tranquei as portas da minha casa, cujas chaves ninguém além de mim possui.” Em um caso como este, após uma explicação totalmente plausível, é bastante pacífico atribuir-se conhecimento à Fernanda.

O fato de o conhecimento proposicional exigir algo mais que sua mera verificação é o que o torna valioso para os epistemólogos, que fazem dele seu objeto de estudo. Além disso,

existe ainda uma outra característica que torna este tipo de conhecimento tão caro aos filósofos: diferentemente dos outros tipos de conhecimento, o conhecimento proposicional pode ser transmitido à distância (no tempo e no espaço), justamente por seu caráter *proposicional*. Segundo Luz:

O conhecimento proposicional possui algumas características que fazem dele algo de particularmente valioso para nós, humanos. Enquanto o conhecimento como habilidade pode ser desenvolvido pela repetição e o conhecimento por familiaridade pela convivência, eles não podem, por exemplo, ser transmitidos à distância, através de livros ou produtos culturais semelhantes. O conhecimento proposicional, devido exatamente ao seu caráter proposicional, garante-nos a estabilidade para aquele tipo de análise detalhada que chamamos de “ciência”, “filosofia” etc. (LUZ, A.M., 2013, p. 17.)

Por conta destas características que só se encontram no conhecimento proposicional, há muito tempo os epistemólogos direcionam seus esforços para tentar obter um melhor entendimento não só das diferenciações entre os tipos de saber, mas também para entender as nuances do significado de uma atribuição de conhecimento deste tipo. Ou seja: o que, exatamente, significa dizer que “Fernanda *sabe que* tem ovos na sua casa”. E é justamente por isso que, como foi dito no começo deste texto, nos interessam as atribuições cotidianas de conhecimento que são feitas na linguagem comum³.

O consenso atual, no que diz respeito à uma atribuição acurada de conhecimento proposicional, vem sendo entendido nos termos do que comumente se chama de análise tripartite, que apresenta três elementos que são tidos como “pré-requisitos” para que uma atribuição seja correta, como um tripé que sustenta a atribuição de conhecimento. Analisaremos agora cada um dos três elementos, que são: crença, verdade e justificação.

1.1 CRENÇA

Para que seja atribuído conhecimento à Fernanda no caso acima, ela precisa satisfazer cada um dos elementos deste tripé. No que diz respeito à crença, seria demasiado estranho que Fernanda dissesse que *sabe que* tem ovos na sua casa, no entanto, não acreditasse que há

³ Entende-se que é um pressuposto amplamente aceito que, nos contextos comuns, as pessoas saibam atribuir conhecimento no seu dia a dia. Seria assumir um compromisso bastante estranho se como pressuposto se tivesse em mente que os seres humanos em sua maioria não sabem atribuir conhecimento de forma eficiente nos seus cotidianos.

ovos na sua casa. Nesse estranho caso, o que levaria ela a *saber que X* ao mesmo tempo em que não acredita que X é o caso? Haveria uma contradição imensa nas crenças da Fernanda (ou de qualquer pessoa que não acredite no que alega conhecer). Por isso, então, a crença do sujeito na proposição que se diz conhecer é entendido como um pré-requisito para que se atribua conhecimento a ele.

Há inúmeras discussões na atual epistemologia da crença sobre como tal conceito deve ser tratado na Filosofia. Há, claro, inúmeras investigações em psicologia sobre a natureza dos estados mentais que cairiam sob o conceito. Para nossos fins, aqui, basta que separemos um elemento “psicológico” de outros elementos constituintes do conhecimento. A crença, apesar de estar na análise tripartite dos epistemólogos, não tem sido o foco de boa parte do trabalho epistemológico. Por geralmente ser tratado como objeto de estudo da psicologia⁴, a epistemologia trabalha com uma versão mais elementar, porém suficiente, da definição de crença, que é “tomar uma proposição como verdadeira”. Ou seja, para acreditar em alguma proposição X (há ovos em casa), a proposição X precisa ser tomada como verdadeira por parte do crente. Chega-se a conclusão, então, de que é essencial para a atribuição de conhecimento que o sujeito pretendo conhecedor acredite que sua crença é verdadeira. Mas, mais que isso, é preciso que ela seja, de fato, verdadeira.

1.2 VERDADE

Imagine que Fernanda acredite que realmente há ovos na sua casa, ela toma essa proposição como verdadeira. No entanto, depois de verificar sua residência, descobre-se que não há sequer vestígios de ovos. O que leva à pressuposição, então, que Fernanda estava enganada, afinal, não há ovos na casa dela. E se portanto, não há ovos, Fernanda estava *errada* ao dizer que sabia que tinha ovos na sua casa. Ou seja, Fernanda *não sabia que* tinha ovos na sua casa. Assim se entende o porquê de a verdade ser um pré-requisito para uma atribuição de conhecimento.

Mais um exemplo para melhor ilustrar a importância da verdade para uma atribuição correta de conhecimento. Pense que você foi convidado, por um amigo de infância, a ir no casamento dele. No entanto, esse amigo, Walter, há muito se mudou para uma cidade do

⁴ Vale ressaltar, no entanto, que a crença não é objeto de estudo exclusivamente da psicologia. A crença é entendida como um estado psicológico, contudo, a lógica doxástica, por exemplo, a tem como objeto de estudo; assim como as discussões sobre voluntarismo dentro da epistemologia.

interior que você nunca antes visitara. Depois de três longas horas dirigindo para o interior do estado você percebe que chegou na cidade pretendida por conta de avisos nas placas de trânsito. Agora basta você achar a catedral da cidade para aproveitar o casamento de seu grande amigo. No entanto as ruas estão desertas e há somente uma única pessoa andando pelas calçadas. Você para, chama o sujeito e lhe pergunta aonde fica a catedral da cidade. Depois de uma breve e simples explicação, você segue seu caminho. No entanto, depois de seguir todas as instruções dadas pela pessoa, você acaba num convento de freiras, e não em uma catedral. Neste momento você diz em voz alta: “Aquela pessoa não sabia onde era a catedral, afinal, o endereço que ela me deu é *falso; não é verdadeiro*”. Isso mostra como a verdade é uma condição necessária para o conhecimento, afinal, se alguém afirma saber algo que *não é verdade* a pessoa está enganada ou está mentindo, e, em ambos os casos, não pode existir uma atribuição acurada de conhecimento.

Mas o que é entendido como verdade pelos epistemólogos? Durante muitos anos de investigação filosófica foram sugeridos diversas definições que pretendiam capturar o significado real e completo deste termo. Mas, em geral, as tentativas falharam em tentar fornecer uma resposta completa e que englobasse definitivamente toda a abrangência dos significados de ‘verdade’, ‘verdadeiro’ e etc. Mas isto não significa que tais estudos não tiveram frutos. Hoje em dia é amplamente aceito que, para qualquer tentativa de teorização sobre o conceito de ‘verdade’, é preciso que tal teoria lide muito bem com uma íntima relação entre verdade e realidade. É central no uso cotidiano das atribuições de ‘verdade’, e suas variações, que o falante está usando o termo em uma tentativa de fabricar uma ligação entre a linguagem (o que está sendo dito por ele) com o que de fato aconteceu no mundo (realidade). Entender essa conexão é fundamental para entender o uso majoritário desse conceito. No entanto, entender seu uso majoritário é diferente de o compreender por completo. Dito isso, os trabalhos densos da comunidade para minudenciar o termo tornaram-se relativamente escassos. Isso porque, além de os trabalhos não darem os resultados esperados, supõe-se que já haja conhecimento suficiente, pelo menos para continuar o trabalho epistemológico, a respeito do conceito de ‘verdade’⁵.

⁵ Este trabalho não tem a pretensão de se estender nos conceitos de crença e verdade. Em ambos os casos são assumidos os compromissos mínimos para a continuação do trabalho epistemológico. Estes compromissos são, para crença, tomar uma proposição como verdadeira e, para verdade, que dê conta de uma espécie, por mais frágil que seja, de correspondência entre linguagem e realidade.

1.3 JUSTIFICAÇÃO

Dentre as três partes da chamada análise tripartite, a justificação talvez seja a mais complexa e singular do conceito de conhecimento. É essencialmente nas nuances da justificação que se encontra o núcleo duro de pesquisa epistemológica contemporânea. Isso porque ela é a responsável por fazer da crença verdadeira um caso de conhecimento, ou seja, é justamente através dela que o *conhecimento* se distingue de crenças dogmáticas injustificadas (mesmo que verdadeiras) ou meros palpites e “chutes”.

As perguntas que devem ser feitas para que se entenda a importância da justificação são: Por que que, tendo uma *crença verdadeira*, ainda não se possui *conhecimento*? Qual a diferença entre *conhecimento* e *crença verdadeira*⁶?

Para clarear o que querem dizer essas perguntas, pode-se pensar em um caso que ilustre uma situação onde há crença verdadeira, mas não há conhecimento. Imagine uma esposa que, ao chegar em casa exausta depois de um longo dia de trabalho, defronta-se com uma mesa muito bem posta pelo seu marido que segura, com as mãos esticadas, um embrulho de presente. Ele pede para que ela tente adivinhar o conteúdo da embalagem. Ela, por meio de um palpite, sem qualquer justificação, acertar qual era o presente (o mais novo celular de última geração). Pode-se dizer que a esposa, nessa situação, tinha uma crença verdadeira a respeito do conteúdo da embalagem, afinal, ela acreditava, mesmo sem nenhuma evidência, de que era um celular - e estava certa. Mas podemos dizer que ela *sabia* qual era o conteúdo do embrulho visto que ela acertou por mera sorte? Não se espera algo mais de uma atribuição de conhecimento do que mera *sorte*? Não se espera uma *justificação*?

Parece que se exige mais para uma atribuição de conhecimento do que mera sorte. Necessita-se que o sujeito pretendente ao conhecimento consiga justificar sua crença. Pode-se pensar em uma outra situação muito semelhante ao exemplo acima, mas havendo uma justificação para a crença da esposa. Tal justificação, nesse novo exemplo, poderia ser algo como: “Tive acesso a fatura do cartão de crédito do meu marido e percebi que havia sido comprado um celular novo que ele nunca foi visto usando. Como faltava poucos dias para meu aniversário, induzi que ele me daria o celular de presente”. Havendo a crença verdadeira em conjunto com uma justificação razoável como esta, é bastante plausível atribuir conhecimento a esposa. Pois percebe-se que seu palpite não é um caso de mera sorte, pelo

⁶ Essa pergunta nos remete ao Teeteto de Platão. Este texto é comumente aceito como um dos primeiros registros na história da filosofia ocidental a fazer uma análise minuciosa do conceito de conhecimento.

contrário, há fundamentos para tal crença. A justificação é aquilo que, acrescentado a uma crença verdadeira, lhes transforma em conhecimento.

Vale ressaltar um recorte conceitual muito delicado que, por muitas vezes, confunde até os estudantes de filosofia mais astutos. Existe uma diferença entre justificação e verdade. Ambos os conceitos são independentes, ou seja, é possível estar bem justificado a respeito de uma crença falsa e, também, não estar justificado a respeito de uma crença verdadeira. Em ambos os casos, obviamente, não deve haver atribuição de conhecimento.

No primeiro caso, onde há uma crença falsa bem justificada, pode-se pensar no exemplo de Cláudio Ptolomeu, que estava bem justificado, no primeiro século depois de cristo, a acreditar que a Terra era o centro do universo. Absolutamente todo o corpo do conhecimento científico e matemático da época acreditava em tal asserção. Havia cálculos e teorias complexas explicando o movimento dos corpos celestes. Uma crença justificada, porém falsa. Foi só depois de quatorze séculos que Nicolau Copérnico e Johannes Kepler conseguiram, com base em um corpo de conhecimento científico muito mais bem desenvolvido, demonstrar que a teoria de Ptolomeu estava errada. Afinal, com as novas evidências adquiridas, não se poderia mais estar justificado que a Terra fosse o centro do universo.

Há também a possibilidade de se possuir uma crença verdadeira e não justificada. No exemplo da esposa afortunada vimos que a crença verdadeira pode ser apenas um palpite ou, como se diz no linguajar cotidiano, um “chute”. Mas há ainda um caso muito específico no qual existe uma crença verdadeira e uma justificação, mas que não se configura como conhecimento, porque a crença não é verdadeira por conta da justificação. Esse caso específico, chamado Problema de Gettier, foi proposto pelo mesmo em 1963 mudando consideravelmente o rumo dos trabalhos epistemológicos.

1.4 PROBLEMA DE GETTIER

Edmund Gettier, em 1963, cria exemplos de casos nos quais havia crenças verdadeiras e justificadas, mas não havia conhecimento. Para ilustrar o caso usar-se-á exemplos propostos pelo próprio filósofo:

Suponha-se que Smith e Jones se tinham candidatado a um certo emprego. E suponha-se que Smith tem fortes provas a favor da seguinte proposição conjuntiva:

d) Jones é o homem que vai conseguir o emprego, e Jones tem dez moedas no bolso.

As provas que Smith tem a favor de *d* podem ser que o presidente da companhia lhe tenha assegurado que no fim Jones seria seleccionado e que ele, Smith, tenha contado as moedas do bolso de Jones há dez minutos. A proposição *d* implica:

e) O homem que vai ficar com o emprego tem dez moedas no bolso.

Suponha-se que Smith vê que *d* implica *e* e que aceita *e* com base em *d*, a favor da qual ele tem fortes provas. Neste caso, Smith está claramente justificado em acreditar que *e* é verdadeira.

Mas imagine-se que, além disso, sem Smith o saber, é ele e não Jones que vai ficar com o emprego. Imagine-se também que, sem o saber, ele próprio tem dez moedas no bolso. A proposição *e* é assim verdadeira, apesar de a proposição *d*, a partir da qual Smith inferiu *e*, ser falsa. Assim, no nosso exemplo, as seguintes proposições são verdadeiras: 1) *e* é verdadeira, 2) Smith acredita que *e* é verdadeira e 3) Smith está justificado a acreditar que *e* é verdadeira. Mas é igualmente claro que Smith não sabe que *e* é verdadeira; pois *e* é verdadeira em virtude das moedas que estão no bolso de Smith, ao passo que Smith não sabe quantas moedas tem no bolso e baseia a sua crença em *e* no facto de ter contado as moedas do bolso de Jones, que ele erradamente acredita tratar-se do homem que irá ficar com o emprego. (GETTIER, 1963, p.2)

O Problema de Gettier é então nutrido por exemplos como esse, onde a crença verdadeira tem por justificação algo que, somente na forma, de fato justifica a crença. Esse tipo de falha na definição tripartite das atribuições de conhecimento alimenta a busca de vários filósofos por teorias epistemológicas que apresentem uma alternativa a esta definição tradicional. A explicação de tais teorias não cabem no escopo deste trabalho⁷.

Outro movimento que desafia a análise tradicional do conhecimento é o ceticismo. Este movimento, que é o tópico do próximo capítulo, é capaz de alimentar-se de virtualmente qualquer crítica feita a análise tradicional supracitada. No entanto, ao invés de propor uma definição alternativa, propõe-se que as atribuições de conhecimento são tão falhas e esquivas a ponto de que deveria ser rejeitada qualquer hipótese de que haja conhecimento. Ou seja, sempre que se diz algo no formato S sabe que P, comete-se um erro.

⁷ Essas tentativas, em geral, são rejeitadas pela comunidade dos epistemólogos. No entanto, a título de curiosidade, pode-se pensar como exemplo de teorias que negam a análise tradicional a teoria causal do conhecimento de Alvin Goldman. Teoria essa que tenta explicar o atribuição de conhecimento em termos de relações causais. Para mais detalhes, ver GOLDMAN, *A Causal Theory of Knowing*, 1967.

2. CETICISMO

Ao contrário do uso que se faz do termo ‘ceticismo’ em situações cotidianas, muitas vezes usando-o de forma pejorativa, como quando um crente se refere a um ateu como cético tentando lhe ofender, o Ceticismo é um movimento muito bem embasado e com um apelo intuitivo extremamente forte. Além disso é uma corrente de pensamento epistemológica que tem consequências que abrangem as mais diversas áreas da filosofia e, justamente por conta dessa abrangência, que se torna difícil defini-lo em um único enunciado. Por “corrente de pensamento epistemológico” entende-se que, apesar de ser uma corrente com consequência em virtualmente todas as áreas da filosofia, toda a fundamentação do ceticismo se dá na epistemologia. Ou seja, não importando a que área da filosofia que o ceticismo seja aplicado, ele sempre se dará em termos de se poder saber ou não objetos daquelas áreas. Mas para melhor se entender o ceticismo, deve-se começar a estudá-lo pela sua base, ou seja, pelo seu apelo intuitivo. Por uma questão didática, é profícuo que se tenha em mente o caso do famoso cientista Ptolomeu como exemplo para ilustrar as próximas abstrações teóricas.

Hoje a comunidade epistemológica é majoritariamente *falibilista*⁸. Isso significa que os epistemólogos concedem que é possível haver uma atribuição errônea. Pode-se justificar o falibilismo dizendo que a natureza humana é falha ou que os nossos métodos o são. De todo modo, a maior parte dos epistemólogos entende que existe essa possibilidade e que, apesar de indesejada, é necessária para que não se caia no ceticismo⁹. Mas antes de se ater à implicação de rejeitar o falibilismo, faz-se necessário entendê-lo melhor. Segundo a comunidade epistemológica, pode haver casos de atribuição de conhecimento entendida como correta que, depois de novas evidências adquiridas, mostra-se errada (ou *falha*, por isso *falibilismo*)- como no caso de Ptolomeu¹⁰. Ou seja, no caso do cientista Ptolomeu poderia se atribuir conhecimento a Ptolomeu de que a Terra era o centro do universo (e, mais que isso, pode-se, hoje, afirmar que, naquele tempo, Ptolomeu sabia que a terra era o centro do universo) mesmo que, depois, com as novas evidências matemáticas e físicas, tenha-se que assumir como

⁸ LUZ, A. M. 2013, p. 30.

⁹ David Lewis rejeita a idéia de que se deva escolher entre o falibilismo e o ceticismo, como veremos adiante.

¹⁰ Os opositores ao falibilismo, os infalibilistas, acreditam que uma atribuição de conhecimento não pode ser falha, ou seja, uma vez atribuído conhecimento de forma apropriada, não há chances de erro.

verdadeira uma proposição inconsistente (o Sol é o centro de nosso sistema solar), afinal, a Terra não é o centro do universo.

Contudo, ao contrário da maioria da comunidade epistemológica, o Ceticismo ataca essa prerrogativa, ou seja, o ceticismo assume uma postura *infallibilista*. Eles argumentam que é inconsistente dizer que *S sabe que P no instante T* e *S não sabe que P no instante T'*, afinal, se *S não sabe que P no instante T'*, significa que *S não sabia que P no instante T*. Isto é, se *S não sabia no instante T'* não faz sentido dizer que ele sabia no instante T. Dito de outro modo: ou *S sabe* ou *S não sabe* que *P*.

No entanto, não abrir possibilidade para erro na atribuição de conhecimento, nem mesmo em casos onde há uma fortíssima justificação, faz com que se passe a exigir um grau de justificação inalcançável¹¹ para uma atribuição de conhecimento. Isso significa que alguém só pode saber que *P* se não houver possibilidade de não-*P*, ou seja, não pode haver possibilidade de erro. O argumento cético fica na seguinte forma¹²:

- 1) Se *S sabe que P*, então não é possível que *S* esteja enganado acerca de *P*;
- 2) É possível que *S* esteja enganado acerca de *P*;
- 3) Portanto, *S não sabe que P*.

As proposições 1) e 2) são as premissas do argumento, e, sendo elas verdadeiras, está também garantida a verdade da conclusão, proposição 3), para qualquer que seja o *S* e qualquer que seja o *P*. Ou seja, esse simples *Modus Tollens*, caso nenhuma de suas premissas seja errônea, garante ao cético que, não importando o sujeito (*S*) ou a proposição (*P*) não é possível que alguém saiba de algo se há possibilidade de erro.

Apesar do apelo intuitivo contido nas premissas, é bastante contraintuitiva a conclusão que se tira delas, afinal, todos os dias milhões de pessoas ao redor do globo dizem cotidianamente que sabem de muitas coisas. Então ou o argumento cético está correto e todos as atribuições diárias de todos os seres humanos estão erradas ou todos estão certos e ele, o ceticismo, está errado.

O cético, via de regra, dirá que nenhuma justificação é suficiente para uma atribuição de conhecimento, afinal, sempre haverá a possibilidade de se estar errado. Um famoso

¹¹ Temos de ter sempre em mente que estamos falando sobre atribuição de conhecimento de humanos para humanos. Parece um tanto implausível exigir um grau tão alto de justificação em que haja zero possibilidade de erro de um ser que se demonstra ser, por natureza, falho.

¹² Esta formulação do argumento cético, apesar de amplamente conhecida, foi retirada do sítio: <https://criticanarede.com/anunesoproblemadoceticismo.html>.

exemplo foi dado pelo epistemólogo Fred Dretske que ficou conhecido como “O Caso da Zebra”¹³. Esse caso trata de uma situação em que um pai e seu filho estão no zoológico observando o que eles acreditam serem zebras, quando o pai é questionado sobre se o animal a sua frente é, de fato, uma zebra. O pai, identificando os animais com o que ele conhece por zebra, e percebendo que há uma placa em frente a cerca que diz “zebras”, responde que aqueles animais são zebras. No entanto o pai poderia ser questionado se ele realmente *sabe que* aqueles animais são zebras, e não mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para que se pareçam com zebras.

Perceba que o pai não tem como refutar, com base no seu conjunto de crenças, essa alternativa levantada. E, segundo o argumento cético, se há possibilidade de se estar errado, não há conhecimento. Com isso, mesmo que a probabilidade daquelas zebras serem mulas seja ínfima e distante da realidade daquele pai, não é possível, segundo o ceticismo, atribuir conhecimento a ele. Afinal, se ele afirma saber que *P* (são zebras) ele não pode estar minimamente enganado acerca de *P*.

É justamente nesse ponto, quando o argumento cético se torna extremamente forte e vence a arguição, que se pode melhor enxergar seu método, seu modo de ação. Identifica-se, então, algo que pode ser dito como uma aparente contradição de intuições. Tem-se, por um lado, o forte apelo lógico do já apresentado argumento cético, e, por outro lado, uma forte intuição de que muitas pessoas sabem de muitas coisas a respeito da vida e do mundo. A inexorável dúvida é: podem essas intuições coexistirem ou, necessariamente, uma delas é falsa?

2.1 O PADRÃO NA ARGUIÇÃO CÉTICA

Enquanto os estudos sobre o Ceticismo avançavam, notou-se que há um certo padrão na forma de argumentação cética¹⁴. Observou-se que sempre que algum cético é confrontado com uma proposição na forma *S sabe que P*, trata rapidamente de levantar hipóteses onde talvez não seja o caso de que *P*, na tentativa de mostrar que a atribuição de conhecimento está injustificada. Vale lembrar que na argumentação cética se *S* pode estar enganado acerca de *P*, então *S não sabe que P* (primeira premissa do argumento cético). Ou seja, sempre que, contra

¹³ DRETSKE, 1970.

¹⁴ COHEN, 1987, p. 17.

uma proposição do tipo *S sabe que P*, o cético levanta uma alternativa em que $\neg P$, e o conjunto de crenças do pretense conhecedor não pode provar que não é o caso que $\neg P$, o cético vence a discussão. Afinal a atribuição de conhecimento, para o cético, deve exigir o mais alto grau de justificação. E onde há a possibilidade de erro ($\neg P$), não há conhecimento.

Um detalhe importante é que não importa, para o cético, quão improvável ou distante essa hipótese levantada seja. Se a alternativa levantada não puder ser falseada pelo conjunto de crenças que formam a justificação do sujeito, para o cético não há conhecimento. Ao longo da história da filosofia foi preciso muita criatividade por parte dos céticos para acharem alternativas cada vez mais distantes da realidade cotidiana que colocassem sob dúvidas intuições tão presentes e importantes no dia a dia. Para o cético é bom que a alternativa colocada esteja metafisicamente distante porque quanto mais descoincidente uma alternativa estiver do nosso mundo, mais difícil será provar que ela é falsa.

Na história da filosofia se tem muitos casos de formulações do ceticismo, mas evidentemente não é possível tratá-las todas neste trabalho. Ao invés de prender-se em reconstruções exegéticas dos argumentos mais importantes da cultura filosófica, este trabalho se propõe a atentar ao formato dos argumentos céticos. Afinal, se há, como se sugere, um padrão na arguição cética, é olhando para o formato que será possível identificá-la. Analisar-se-á, então, doravante, alguns argumentos apresentados por René Descartes¹⁵. Estes argumentos ficaram amplamente conhecidos por formular hipóteses, algumas das quais, muito distantes da realidade humana. Vale ressaltar, contudo, que Descartes não tinha como intuito defender o ceticismo, mas refutá-lo.

O objetivo de Descartes nas *Meditações*, segundo o mesmo, é buscar, através do método cético, refutar todo o conhecimento que está mal fundado¹⁶. Depois de todo o “falso conhecimento” destruído sobraria somente o irrefutável, ou seja, as coisas que se pode conhecer de fato. O plano então era, a partir desse conhecimento último e irrefutável, reconstruir o corpo de conhecimento que antes havia, no entanto, agora, com fundamentos sólidos. A comparação com a construção civil pode ser frutífera nesse ponto. Descartes via o corpo do conhecimento humano como um castelo que a princípio parecia forte, mas seus fundamentos eram fracos. Ele queria então ser o responsável por jogar o castelo ao chão, reconstruir seus fundamentos e, então, construí-lo novamente mais forte do que nunca.

¹⁵ Vale lembrar que Descartes não era um cético propriamente dito. No entanto, na busca de fundamentar da melhor maneira possível o conhecimento humano, ele formula alguns argumentos que os céticos poderiam usar contra tais saberes. É com estes argumentos que lidaremos.

¹⁶ DESCARTES, 2004.

Uma das formulações de argumentos céticos de Descartes consiste na percepção de que muitas vezes engana-se acerca do que se vê, toca, cheira, degusta e ouve. Ou seja, muitas vezes os dados que se recebe do mundo exterior¹⁷ (*input*) através dos sentidos são enganosos, e o são porque os sentidos são falhos. Os exemplos são extremamente simples e trivialmente verdadeiros. Não são raros os casos em que se escuta alguém chamando o seu nome, mas, na verdade, estavam emitindo um outro som qualquer que constantemente nem se parece com o que se havia ouvido (ou até som nenhum e cria-se a ilusão de estar sendo chamado). Constantemente se enxergam coisas que, depois de uma análise cuidadosa, percebe-se serem outras coisas diferentes das quais por primeiro tinha-se enxergado. O ponto é: muitas vezes os dados dos sentidos estão errados e se enganam, e, se às vezes eles se enganam, por que se deveria confiá-los tanta credibilidade? Se se pode lembrar de que a visão já se iludiu diversas vezes, por que se deveria, agora, acreditar que o que se vê não é mais uma ilusão, diferente dos casos passados? Visto que não há nenhuma diferença qualitativa entre o dado supostamente real e o ilusório, por que confiar com tanta credibilidade nos dados dos sentidos?

Este primeiro argumento levanta uma hipótese virtualmente impossível de ser falseada. Mesmo que se dissesse que, quando se está próximo do objeto a ser reconhecido e em um ambiente claro, a visão humana erra em percentuais baixíssimos, o ceticismo precisa de um único erro da visão humana com qualidade perceptiva semelhante ao da percepção correta para fundamentar seu argumento. E isso acontece com todos os cinco sentidos. Essa argumentação pode muito bem ser usada quando se afirma, por exemplo, que Maria sabe que tem um carro azul na garagem da casa do seu vizinho porque ela o vê todos os dias. O cético pedirá por uma prova de que durante todos esses dias ela não foi na verdade iludida pela sua visão de que o carro é azul (o carro poderia ser branco e, o fato da luz da garagem ser azul, causar uma ilusão de que o carro seja azul, por exemplo).

Ainda não sendo o suficiente duvidar de todos os dados adquiridos através dos sentidos, o cético pode argumentar, também, que não se pode dizer com exatidão quando se está sonhando com certas coisas ou quando se está de fato experienciando estas coisas. As vezes em que se acorda com a sensação de que o sonho era, na verdade, realidade, configura para o cético uma inabilidade humana de distinguir entre o estado de vigília e o de sonho. Uma vez contestada essa falha nos sentidos, o cético tem um alibi com o qual pode trabalhar o benefício da dúvida, que é: se em alguns casos confunde-se o estado de vigília com estado

¹⁷ Entende-se por 'mundo exterior' tudo que está fora da mente humana. Coisas como, automóveis, corpos, sons e texturas, por exemplo, pertencem ao mundo exterior.

de sonho e, nesses casos a confusão se dá por não haver diferença significativa na qualidade sensorial de ambos os estados, porque se deveria, exatamente agora, acreditar tão piamente que se está acordado ao invés de dormindo?

Novamente o cético aponta para um caso muito distante da realidade usual, mas, no entanto, possível. E é apenas dessa possibilidade que se precisa para levantar uma alternativa contrária a uma atribuição de conhecimento e, não podendo o atribuidor provar que este não é o caso, deve-se retirar a atribuição de conhecimento. Mais uma vez o cético usa a mesma estratégia argumentativa para negar a existência de conhecimento.

Descartes elaborou uma última e eficiente reflexão sobre um argumento cético que ficou conhecida como Argumento do Gênio Maligno. Ele se pergunta, nessa reflexão, se pode existir um gênio maligno onipotente, onisciente e onipresente que dedica sua existência a enganar absolutamente todos os seres humanos. Este ser todo-poderoso investiria tanto esforço em ludibriar os seres humanos, que se estaria inteiramente errado sobre tudo que se acredita conhecer. Operações matemáticas simples como ' $2 + 2 = 4$ ' e intuições fortes como 'vejo um computador na minha frente' estariam necessariamente erradas. Tudo o que um dia pensou-se saber, sentir ou ver, não passou de uma mera ilusão criada com um único intuito: embair a todos.

Neste último argumento, mais uma vez, Descartes formula um argumento cético que aponta para uma possibilidade extremamente distante da nossa realidade, mas que não se pode refutar. No entanto, vale ressaltar que Descartes, ao formular o argumento cético, antes de estar preocupado com a possibilidade ou não do seu argumento, ele se atenta para a falseabilidade ou não do mesmo; afinal este implica aquele. Ou seja, o argumento não é considerado possível por conta das evidências que lhe sustentam, ele é considerado possível por conta de não poder ser refutado.

É importante ressaltar também que não existe alguém como o cético, diferentemente do que se pode pensar. Não há algo como uma pessoa que acredita no gênio maligno ou que não acredita em absolutamente nada por não poder confiar nos dados dos seus sentidos, por exemplo. O que há é o ceticismo, que está preocupado somente em provar que o apelo lógico de seu argumento é forte. Em especial sua primeira e tão intuitiva premissa, que diz que se S pode estar errado acerca de P , então S não sabe que P , tem que ser levada em consideração. Na busca por ressaltar isso que, para o ceticismo, é um problema na epistemologia, formula-se uma série de possibilidades $\neg P$ para qualquer atribuição do tipo S sabe que P , na tentativa de mostrar que quanto mais se preocupa em fundamentar uma atribuição do tipo S sabe que P , mais se descobre que $\neg(S$ sabe que $P)$.

Por conta da força desses argumentos, alguns epistemólogos tentam refutar os argumentos céticos. Neste trabalho a abordagem que estará em foco é a de David Lewis (1973; 1979; 1980; 1986; 1996). O mais usual é que se ataque a primeira ou a segunda premissa do argumento cético dizendo que, na realidade, elas não são verdadeiras. No entanto, David Lewis busca, propor uma nova maneira de lidar com a estratégia cética usando ferramentas da filosofia da linguagem e da epistemologia. Esta tentativa, ao contrário do que se tem feito usualmente, não tenta refutar o argumento cético, mas busca, através do já mencionado padrão de argumentação cética, restringir os casos em que os argumentos céticos podem ou não ser aplicados. Ou seja, entende-se que as supostas contradições entre nossas intuições são apenas aparentes, e não se sustentam quando visualizadas de perto. Essa teoria, que é o foco deste trabalho, chama-se Contextualismo Epistêmico. Contudo, vale ressaltar que as teorias contextualistas são diversas, e este trabalho não tem pretensão de tratar de todas. Ao invés disso, concentrar-se-á na vertente desenvolvida por Lewis.

3. CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO

Antes de se falar do contextualismo de David Lewis propriamente dito, é interessante que se fale de uma teoria anterior, a Teoria das Alternativas Relevantes. Essa teoria pode ser entendida como uma espécie de embrião ou protótipo da teoria contextualista de Lewis. Isso porque a idéia fundamental das Alternativas Relevantes, de que uma alternativa distante da realidade atual não é relevante para a atribuição de conhecimento será, também, a idéia central na teoria de Lewis.

3.1 ALTERNATIVAS RELEVANTES

A teoria das Alternativas Relevantes, em contraposição ao ceticismo, defenderá que nem todas as possibilidades que impliquem $\neg P$ devam ser eliminadas para que o conhecimento de que P possa ser firmado.¹⁸ Isso se daria porque nem todas as alternativas possuem o mesmo grau de importância, e, separando-as deste modo, algumas alternativas seriam demasiado desimportantes para que, mesmo que não fossem refutada, fizessem alguma diferença significativa para a afirmação do conhecimento em questão.

Sempre que especula-se sobre uma alternativa em que $\neg P$, existe uma certa proximidade deste alternativa com o nosso mundo real. Quanto mais próximo da nossa realidade uma alternativa estiver, mais ela merece atenção (uma vez que em muito pode afetar a atribuição de conhecimento em questão), e, em contraponto, quanto mais distante da nossa realidade uma alternativa estiver, menos ela merece nossa atenção (uma vez que em quase nada pode afetar a atribuição de conhecimento em questão). O que as Alternativas Relevantes defende, é que as alternativas levantadas pelos céticos estão extremamente distantes da nossa realidade para que sejam levadas em consideração¹⁹.

Para clarificarmos o ponto acima usaremos de exemplos. A hipótese levantada para o sujeito de que o que ele está vendo no zoológico é uma mula astutamente pintada para parecer-se com uma zebra, e não uma zebra propriamente dita, cultiva certa proximidade com a realidade (principalmente se já houve casos registrados de tal situação em zoológicos próximos, por exemplo). No entanto, a hipótese de que se é enganado desde que se nasce por

¹⁸ SILVA, J. V. S., 2017, p. 54.

¹⁹Para uma discussão aprofundada sobre epistemologia modal, MOSER, P. *The Oxford Handbook of Epistemology*, 2002.

um gênio maligno, parece extremamente distante da nossa realidade perceptual. Por conta desse distanciamento metafísico é que os teóricos das Alternativas Relevantes dirão que não é preciso levar essas hipóteses em consideração na atribuição do conhecimento ordinário; ou seja, aquelas atribuições de conhecimento que se faz no cotidiano comum de uma pessoa²⁰.

Com isso a teoria das Alternativas Relevantes assume, evidentemente, uma posição falibilista no que diz respeito às atribuições de conhecimento. É justamente esse falibilismo que permitirá que não seja necessário refutar absolutamente todas as alternativas que se coloquem (virtualmente infinitas), mas somente aquelas *relevantes*. Isso permitirá a um teórico das Alternativas Relevantes afirmar que, por exemplo, para um sujeito dizer que *sabe que Green Book ganhou o Oscar de melhor filme em 2019*, ele não precise eliminar a hipótese de que absolutamente todos os jornais em que ele leu tal notícia foram espertamente manipulados por inimigos que querem lhe manter na ignorância; afinal, essa hipótese está muito distante da nossa realidade.

Um desafio que se coloca diante dessa teoria é definir com precisão como estipular quais são e quais não são as alternativas relevantes. Inicialmente, como já temos dito, pressupõe-se que aquelas alternativas que seriam mais próximas da nossa realidade (ou, pode-se dizer, que seriam mais prováveis) devam ser excluídas pelo conjunto de crenças que formam a justificção do pretendente ao conhecimento. No entanto, isso ainda não responde o quão próxima uma alternativa deve estar para ser considerada relevante, ou o quão distante ela deve estar para ser considerada irrelevante. Fica em aberto, também, o que exatamente faz com que uma alternativa levantada se aproxime ou se distancie da nossa realidade. É na busca a respostas para essas perguntas que surge a teoria contextualista de David Lewis, que é tema deste trabalho.

3.2 O CASO DO BANCO

O Contextualismo Epistêmico de David Lewis surge como um desdobramento da teoria das Alternativas Relevantes com a intenção de responder de forma mais elaborada e completa os questionamentos deixados para trás. Resgatando, então, o conceito de atribuição no sentido que temos usado aqui, que se resume no processo de atribuir uma propriedade a

²⁰ Vale ressaltar, novamente, que se está sempre tendo enfoque nas atribuições de conhecimento cotidianas. São essas que a teoria contextualista de Lewis tenta “salvar” do ataque cético.

uma pessoa, qualquer vertente do Contextualismo Epistêmico sustentará que as atribuições de conhecimento variam de acordo com o contexto em que são proferidas²¹.

Dizer que as atribuições de conhecimento variam de acordo com o contexto em que foram proferidas significa dizer que em alguns momentos, com base em um conjunto de evidências, atribuímos conhecimento a um sujeito e dizemos que “*S sabe que p*”, e, em outro momento, com base nas *mesmas evidências*, não atribuímos conhecimento ao sujeito e dizemos que “*S não sabe que p*”. A aparência de contradição é desfeita, segundo os contextualistas (dentre eles, obviamente, David Lewis), quando se entende a singularidade de cada contexto. Ou seja, não há contradição porque, apesar do conjunto de crença ser o mesmo, o que se exige dele, nos diferentes contextos, é diferente. Vejamos um famoso exemplo para ilustrar a discussão.

Bank Case A. My wife and I are driving home on a Friday afternoon. We plan to stop at the bank on the way home to deposit our paychecks. But as we drive past the bank, we notice that the lines inside are very long, as they often are on Friday afternoons. Although we generally like to deposit our paychecks as soon as possible, it is not especially important in this case that they be deposited right away, so I suggest that we drive straight home and deposit our paychecks on Saturday morning. My wife says, ‘Maybe the bank won’t be open tomorrow. Lots of banks are closed on Saturdays.’ I reply, ‘No, I know it’ll be open. I was just there two weeks ago on Saturday. It’s open until noon.’

Bank Case B. My wife and I drive past the bank on a Friday afternoon, as in Case A, and notice the long lines. I again suggest that we deposit our paychecks on Saturday morning, explaining that I was at the bank on Saturday morning only two weeks ago and discovered that it was open until noon. But in this case, we have just written a very large and very important check. If our paychecks are not deposited into our checking account before Monday morning, the important check we wrote will bounce, leaving us in a very bad situation. And, of course, the bank is not open on Sunday. My wife reminds me of these facts. She then says, ‘Banks do change their hours. Do you know the bank will be open tomorrow?’ Remaining as confident as I was before that the bank will be open then, still, I reply, ‘Well, no, I don’t know. I’d better go in and make sure.’²² (DEROSE, 2009, p. 1-2).

²¹ Pode-se pensar em diferentes contextos de atribuição de conhecimento. O primeiro contexto seria o do sujeito pretense conhecedor, o lugar que ele está inserido e as informações que ele tem a respeito do mundo naquele momento. O segundo contexto seria o do atribuidor, as informações que ele tem do mundo, do sujeito pretense conhecedor e das exigências que lhe são feitas na atribuição de conhecimento. Este trabalho estará sempre focando no segundo contexto.

²² Vale ressaltar que nesse caso apresentado o que está em jogo é, ainda, o contexto do atribuidor. No entanto, no exemplo apresentado, o pretense conhecedor e o atribuidor são a mesma pessoa; a saber, o marido.

O exemplo dado por DeRose flagra, de maneira muito astuta, um cenário onde a atribuição de conhecimento, de alguma forma, variou entre as duas situações. Vale reforçar que tanto no **CASO A** quanto no **CASO B** o marido possuía as mesmas evidências e, com base nelas, no primeiro caso atribuiu conhecimento a si mesmo enquanto, no segundo, não. Apesar de termos apresentado o exemplo proposto por Keith DeRose, a abordagem defendida por ele para lidar com esse problema epistemológico difere em muitos aspectos da abordagem pretendida por este trabalho, que se concentra no tratamento oferecido por David Lewis. Enquanto DeRose se concentra em um novo tratamento semântico para o termo ‘conhecimento’, comparando-o com termos graduais e indexicais²³, Lewis se concentra em entender os mecanismos linguísticos que permitem, ou obrigam, os padrões epistêmicos conversacionais²⁴ a subirem ou descerem, isto é, ficarem mais rígidos ou mais frouxos. Esse tratamento se aproxima muito mais da teoria das Alternativas Relevantes. Os detalhes da teoria de Lewis serão examinados doravante.

3.3 DAVID LEWIS

Lewis oferece uma análise linguística em conjunto com um aglomerado de regras que pretendem ser capazes de descrever, e em algum grau até normatizar, o que acontece na linguagem ordinária em casos como o do exemplo acima. É importante frisar que Lewis tem uma preocupação com aquilo que, para ele, são dois problemas da epistemologia: o falibilismo e o ceticismo.

Para Lewis, tanto o falibilismo quanto o ceticismo têm consequências indesejadas e, mais que isso, contraintuitivas. No primeiro caso, segundo o autor, o falibilismo se torna inadmissível se levado até as últimas consequências, pois teria que se conceder que *S sabe que P* mesmo que *S* possa estar errado acerca de *P*. E, por outro lado, o ceticismo oferece uma alternativa tão inaceitável quanto, a saber, negar virtualmente todo e qualquer conhecimento. A proposta de Lewis está então determinada, e este aspecto é demasiado relevante, pois é o fio que guia toda a teoria de Lewis, a driblar aquelas que parecem ser as duas únicas opções

²³ Para uma melhor elucidação da proposta de Keith DeRose, DEROSE, *The Case for Contextualism*, 2009.

²⁴ O padrão epistêmico de uma conversa pode ser entendido, superficialmente, como o rigor que está em jogo para uma atribuição de conhecimento. Nos padrões mais altos há mais rigor para uma atribuição de conhecimento, como em um laboratório de ciência ou em uma universidade, por exemplo. Já nos padrões mais baixos há menos rigor em jogo, como em uma conversa informal em um bar, por exemplo.

disponíveis. Ou seja, Lewis, por um lado, tenta não cair no lodo de lama do ceticismo e, por outro lado, tenta não ceder ao falibilismo. Segundo Lewis:

Better fallibilism than scepticism; but it would be better still to dodge the choice. I think we can. We will be alarmingly close to the rock, and also alarmingly close to the whirlpool, but if we steer with care, we can -just barely - escape them both. (LEWIS, 1996, p. 550).

A abordagem de Lewis, de certo modo, é também uma teoria das Alternativas Relevantes, pois o jeito que ele encontra para não cair no ceticismo também consiste em defender que, em algum grau, as alternativas levantadas pelos céticos não precisam ser refutadas pelo conjunto de evidências do pretenso conhecedor. No entanto, ao mesmo tempo, para não cair no falibilismo, ele defende que se S pretende ser conhecedor de que P, as evidências de S precisam refutar todas as alternativas em que $\neg P$. E é a idéia das alternativas relevantes é o próprio ponto de partida para a definição de conhecimento de Lewis, isto porque enquanto para a maioria da comunidade epistemológica é a justificação que faz da crença verdadeira um caso de conhecimento, para Lewis este não é caso. Ele troca o critério de justificação pela idéia de alternativas relevantes. Então a definição de conhecimento, segundo o próprio autor, fica assim: “O sujeito S *sabe* a proposição P sse P é mantido em cada possibilidade não eliminada pelas evidências de S; equivalentemente, sse as evidências de S eliminam cada possibilidade em que não-P”²⁵.

Mas, se como já foi visto, os céticos levantam alternativas impossíveis de serem refutadas, Lewis precisa ser mais restritivo na sua definição de conhecimento, e ele o é. Lewis afirma que quando diz que todas as alternativas em que $\neg P$ devem ser refutadas, o termo ‘todas’ funciona como qualquer quantificador, ou seja, tem um domínio restrito. Por exemplo, quando se diz, em um almoço “todos os pratos estão vazios, que venha a sobremesa!”, é muito claro que o falante não está se referindo a absolutamente todos os pratos do mundo que existem ou que já existiram. Nesse exemplo o quantificador ‘todos’ refere-se somente aos pratos que compõem aquela mesa. Assim seria também, segundo Lewis, em uma atribuição de conhecimento. Quando se diz que todas as alternativas em que $\neg P$ devam ser refutadas pelo conjunto de evidências de S, diz-se, na verdade, que apenas as alternativas em que $\neg P$ relevantes para aquela atribuição de conhecimento devem ser refutadas.

Contudo essa explicação não resolve o problema, apenas o desloca. Afinal, agora precisa-se saber como identificar ou determinar quais alternativas são relevantes e quais não o

²⁵ LEWIS, 1996, p. 551.

são. Para solucionar este problema, Lewis criou um conjunto de normas que supostamente esclarece este ponto.

A primeira é a *regra da realidade*. Essa regra diz que nada que é real pode ser apropriadamente ignorado, ou seja, a realidade é sempre relevante. A existência dessa norma na epistemologia de Lewis faz com que não exista espaço, como desejado por ele, para o falibilismo. Afinal, se um sujeito S está errado acerca de P, é porque na realidade não é o caso de que P, portanto ele não pode saber daquilo que não é o caso porque a realidade nunca pode ser ignorada.

A segunda norma chama-se *regra da crença*. Segundo esta regra, aquilo em que o sujeito S acredita, estando ele certo ou errado em acreditar em tal proposição, não pode ser apropriadamente ignorado. A justificção para essa regra é muito parecida com a justificção para a crença ser um dos pré-requisitos para o conhecimento, regra que é consenso na comunidade epistemológica. Assim, como aparentemente não faz sentido dizer que se *sabe que P*, mas não se acredita em P; também não o faz se um sujeito S dizer que acredita em uma possibilidade, mas irá ignorá-la *apropriadamente*. O sujeito estaria agindo por motivações não epistêmicas²⁶. Um outro aspecto desta regra é que ela também diz que se S deveria acreditar em uma possibilidade por que as evidências levam a crê-la, tampouco ela pode ser apropriadamente ignorada.

Lewis ainda admite que há diferentes graus de crenças, e dependendo do grau da crença em questão a segunda norma poderá não ser aplicada. Ao explicar qual o grau que uma crença a respeito de uma possibilidade deve ter para que ela não seja apropriadamente ignorada, Lewis é evasivo. Segundo ele, uma crença não poderá ser ignorada se ela for “*suficientemente alta*”²⁷. O quão alta deve ser para ser suficientemente alta? Depende. Segundo Lewis, depende da consequência de se estar errado. Se a consequência de se estar errado for a prisão perpétua de um inocente, por exemplo, qualquer vestígio de crença deve ser cuidadosamente investigado. Agora, se o pior que pode acontecer num determinado contexto por deixar de se examinar uma crença for algo irrisório, possivelmente ela pode ser apropriadamente ignorada.

A terceira é a *regra da semelhança*. Esta regra diz que possibilidades que se assemelham devam ser ou ignoradas ou levadas em conta juntas. Ou seja, não se deve, diante de duas ou mais possibilidades que se pareçam, ignorar uma e analisar as outras ou o

²⁶ Entende-se por “motivações não epistêmicas”, motivações outras que não dizem respeito a uma análise racional e cuidadosa do que está em jogo. São exemplos de motivações não epistêmicas o preconceito, o racismo, o sexismo, a inveja e etc.

²⁷ LEWIS, 1996, p. 555.

contrário, analisar uma e ignorar as outras. Essa regra, no entanto, requer cuidado. Não se pode aplicar esta regra indefinidamente na busca de tornar todas as alternativas relevantes. Afinal, se a realidade é sempre uma alternativa relevante, alguém desavisado ou de má fé poderia aplicá-la infinitas vezes a ponto de reinstalar o ceticismo tornando até a alternativa mais distante da nossa realidade em relevante por algumas pequenas semelhanças. Lewis reconhece que essa observação consiste em um *ad hoc* porém, segundo o autor, o benefício dessa regra e desse *ad hoc*, no final das contas, é muito positivo.

A regra da semelhança, segundo Lewis, explicaria o porquê de um sujeito S, mesmo sabendo o quão improvável é que o seu bilhete da loteria seja o ganhador, nunca pode afirmar apropriadamente que o sabe. Segundo Tiegue Rodrigues:

Esta regra é, segundo Lewis, responsável por nos fornecer a explicação para o caso da loteria, no qual o sujeito portador do bilhete não pode saber que possui o bilhete que será o perdedor (não importando quão alta as probabilidades contra ele). Lewis explica que, para cada bilhete, existe a possibilidade de que ele será o vencedor e essas possibilidades são salientemente semelhantes umas as outras- assim, ou cada uma delas pode ser apropriadamente ignoradas ou nenhuma delas pode. Mas uma delas não pode ser apropriadamente ignorada, a saber, aquela possibilidade que de fato é o caso (que atualmente é o caso). (RODRIGUES, 2011, p. 75)

Até aqui se têm visto as regras que se podem chamar de negativas, no sentido de que pretendem dizer o que não pode ser ignorado. Daqui em diante ver-se-ão as regras que se propõem a dizer o que pode ser apropriadamente ignorado.

A quarta regra da teoria de Lewis, e a primeira positiva, é a *regra da confiabilidade*. Essa regra diz que meios confiáveis de obtenção de conhecimento, como dados dos sentidos e memória, por exemplo raramente erram, portanto há uma base racional para que se possam ignorar as alternativas que pressupõem um erro crasso de fontes confiáveis. Essa regra acomoda intuições muito presentes em teorias epistemológicas causais e confiabilistas²⁸²⁹. Porém vale ressaltar que essa regra pode ter que se sujeitar à regra da realidade. O sujeito S pode, por exemplo, usar essa regra para ignorar apropriadamente a possibilidade de que ele está em estado de psicose, por exemplo, a menos que ele realmente esteja em estado de psicose. Neste caso a regra da realidade se sobrepõe à regra da confiabilidade.

A quinta norma, *regra do método*, diz que o método indutivo, onde se induz um resultado através de uma cadeia razoavelmente bem construída de evidências, e o método

²⁸ RODRIGUES, 2011, p. 75.

²⁹ Para uma discussão ampla dessas teorias ver GOLDMAN (1967).

abdução, onde se pressupõe que a melhor explicação é a explicação correta³⁰, são confiáveis o bastante e, portanto, pode-se ignorar corretamente possíveis falhas desses métodos de inferência.

A sexta norma, *regra da conservação*, diz que as conversas, em geral, têm acordos e pressupostos, por vezes inconscientes, do que pode ser ou não pautado. Esta regra diz que, em geral, pela conservação destes pressupostos, as alternativas que violam esses acordos podem ser corretamente ignoradas.

Lewis reconhece que muitas vezes estas regras são redundantes e podem estar dizendo a mesma coisa apenas de um jeito diferente. No entanto, segundo ele mesmo, é melhor haver redundância do que haver brechas nas regras³¹.

A última regra, a mais trivial de todas segundo Lewis, é a *regra da atenção*. Essa regra diz que aquilo que vier à tona em uma conversa, aquela possibilidade que for levantada, por mais distante que seja da nossa realidade, não pode mais ser apropriadamente ignorada. É essa a regra da linguagem que, segundo Lewis, torna o ceticismo tão tentador: quando uma possibilidade é levantada ela não pode mais ser ignorada. Talvez o único esforço que possa ser feito, segundo Lewis, para que deixe de ser relevante uma possibilidade que pode ter sido levantada por acidente, por exemplo, é que, em conjunto, se ignore essa possibilidade. Esse esforço precisa ser conjunto e contínuo até que, de repente, todos estariam de fato ignorando a tal possibilidade, e não mais só fingindo ignorá-la.

A característica que torna a teoria de Lewis uma teoria contextualista, é que “são os fatores presentes no contexto conversacional (dos atribuidores envolvidos na conversa) que estabelecerão o domínio no qual ‘todas’ deve ser tomada”³². Ou seja, é exatamente o contexto conversacional que vai determinar que possibilidades podem ou não ser ignoradas apropriadamente. Além dessas possibilidades, como está na definição de conhecimento de Lewis, todas as outras possibilidades onde não seja o caso que P deverão ser contraditadas pelas evidências de S.

3.4 ULTIMAÇÃO

A teoria contextualista de David Lewis perscruta os problemas apresentados pela teoria das Alternativas Relevantes, e busca, nessa investigação, propor resposta aos empasses

³⁰ RODRIGUES, 2011, p. 76.

³¹ LEWIS, 1996, p. 559.

³² RODRIGUES, 2011, p. 77.

encontrados. As respostas de Lewis, apesar de se alicerçarem em uma observação atenta da realidade, são bastante questionáveis. Isso porque sua teoria do conhecimento, diga-se, heterodoxa, implica resultados que contrariam pontos bastantes unânimes na discussão epistemológica contemporânea. Implica, por exemplo, que se possa haver conhecimento sem crença “como no caso do tímido estudante que sabe a resposta mas não tem confiança de que ele esteja certo, e portanto não acredita que sabe” ou até mesmo crença sem justificação como “nos casos de reconhecimento facial ou sexo dos pintinhos”³³ - o que são ideias bastante contraintuitivas.

Ademais, as teorias contextualistas podem estar concedendo muitos pontos aos céticos quando “outorgam” que, ao se levantar uma hipótese cética, não podendo ela ser refutada, não há conhecimento, como a regra da atenção o faz. Lewis parece falhar ao criar mecanismos para que a regra da semelhança não seja usada repetidamente mas o deixa de fazer na regra da atenção. Ou seja, não permite-se, segundo Lewis, que o cético apele para semelhanças entre as possibilidades para invocá-las, mas, por outro lado, permite que ele chame atenção para qualquer possibilidade distante (tendo ela semelhança ou não).

Parece, com isso, que ao invés de refutar o ceticismo ou isolá-lo em seu próprio contexto, criam-se mecanismos, com a regra da atenção, para que o padrão cético possa ser resgatado a qualquer momento.

³³ LEWIS, 1996, p. 556.

4. CONCLUSÃO

Depois de se analisar, com algum cuidado, os conceitos mais elementares que formam a definição tradicional de conhecimento da epistemologia, introduziram-se dois desafios feitos a essa definição. O primeiro, conhecido como problema de Gettier e o segundo, que era de fato o problema do trabalho, o ceticismo.

Com uma breve reconstrução de algumas das formulações de argumentos céticos, foi possível entender o padrão de funcionamento dos mesmos. E foi só com o entendimento do funcionamento dos argumentos céticos e de suas premissas, que foi possível entender o forte apelo lógico que motiva essa corrente de pensamento.

A teoria das Alternativas Relevantes apareceu, nesse contexto, como uma rudimentar, mas muito sagaz, maneira de encarar o ceticismo. Classificando as alternativas demasiadas distantes levantadas pelos céticos como irrelevantes, a Teoria das Alternativas Relevantes criou precedentes para a formulação do contextualismo de David Lewis.

Foi visto, então, como o contextualismo epistêmico, aqui na versão de Lewis, pretende limitar o escopo de atuação do argumento cético. Ou seja, diferentemente das estratégias de refutar o argumento com base em alguma de suas premissas, aceita-se, inicialmente, o argumento. No entanto, depois, limita-se sua atuação para resguardar o conhecimento nos cenários, por assim dizer, comuns.

Como também foi dito, é difícil assegurar que o contextualismo possa ter oferecido, ou vir a oferecer, uma resposta definitiva ao ceticismo. A história da filosofia nos ensina que, no nosso campo de estudo, resposta definitivas são raríssimas. O que pode-se entender, talvez, é que o contextualismo epistêmico signifique um avanço no entendimento e no enfrentamento do ceticismo. Isso por 1) oferecer uma nova abordagem e 2) se localizar em uma espécie de interdisciplinaridade dentro da própria filosofia.

Salvo o ponto para a originalidade do contextualismo, que enxerga uma oportunidade de restringir a atuação do argumento cético, tem muito trabalho a ser feito se se pretende melhorar essa teoria, em qualquer que seja sua vertente. David Lewis poderia, por exemplo, explicar mais detalhadamente como o que é usar a regra da atualidade em conjunto com a semelhança indefinidamente. Poderia, também, trabalhar mais o ponto de como manter um padrão epistêmico em uma escala relativamente baixa mesmo com os ataques céticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHEN, S. Knowledge and Context. *The Journal of Philosophy*, Vol. 83, No. 10, Eighty-Third Annual Meeting American Philosophical Association, Eastern Division, p. 574-583. 1986.

_____ Knowledge, Context and Social Standards. *Synthese* 73, by D. Reidel Publishing Company, p. 3-26. 1987.

_____ How to Be a Fallibilist. In: *Epistemology*. J. Tomberlin (ed.), *Philosophical Perspectives* 2, Atascadero, CA: Ridgeview, p.91-123. 1988.

_____ 'Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons', in J. Tomberlin (ed.), *Epistemology (Philosophical Perspectives, 13; Oxford: Blackwell)*, p. 57-89. 1999.

_____ Contextualism and Skepticism. In: *Skepticism*. E. Sosa and E. Villaneuva (eds.), *Philosophical Issues* 10, p. 94-107. 2000.

DeROSE, K. Contextualism and Knowledge Attributions, *Philosophy and Phenomenological Research*, p. 913-29. 1992.

_____ Solving the Skeptical Problem. In: *Philosophical Review*, 104: 1-52. 1995.

_____ Relevant Alternatives and the Content of Knowledge Attributions *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 56, No. 1, p. 193-197. 1996.

_____ Responding to Skepticism. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) *Skepticism, a contemporary reader*. Oxford: University Press, p. 1-24. 1999.

_____ Contextualismo: Explicação e Defesa. In: *Compêndio de Epistemologia*, J. Greco and E. Sosa (eds.), *Edições Loyola*, 297—324. 2008.

_____ The Case for Contextualism. *Knowledge, Skepticism, and Context*, Vol. 1, Clarendon Press Oxford, 2009.

DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, p. 81-150. 1973.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. *The Journal of Philosophy*, Vol. 67, No. 24, p. 1007-1023. 1970.

- _____ Contrastive statements. *Philosophical Review* 81, p. 411-437. 1972.
- _____ The Pragmatic Dimension of Knowledge. In: *Philosophical Studies* 40, p. 363 – 378. 1981.
- _____ The Case Against Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed). *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, p. 3-26. 2005.
- EVA, L.A.A. Sobre o argumento cartesiano do sonho. *Caderno de História Filosofia e Ciência, Campinas Série 3 v.12*, p 285-313, 2002.
- GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? In: *Analysis* 23, p. 121 – 123. 1963.
- GOLDMAN, A. “Discrimination and perceptual knowledge”, *The Journal of Philosophy* 73 (1976) 771-791.
- LEWIS, D. *Counterfactuals*. Blackwell Publishing, 1973. 156 p.
- _____ Scorekeeping a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* 8; by D. Reidel Publishing Co., Dordrecht, Holland, and Boston, U.S.A. p. 339-359. 1979.
- _____ Index, Context, and Content. S. Kanger and S. Ohman (eds.), *Philosophy and Grammar*, p.79-100. 1980.
- _____ On the Plurality of Worlds. Oxford: Blackwell, 1986.
- _____ Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, 74:4, p. 549 - 567. 1996.
- LUZ, A. M., *Conhecimento e Justificação*, Pelotas: Nefil, 2013.
- MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 18/09/17.
- MOORE, G. E. Uma defesa do senso comum. Trad. Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, p. 81-102. 1980.
- PETER and PREYER. ‘The Limits of Contextualism’, in: *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*. Edited by Gerhard Preyer and Georg Peter. Clarendon Press Oxford, p. 1-10. 2005.
- PUTNAM, Hilary. Brains in a Vat. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) *Skepticism, a contemporary reader*. Oxford: University Press, p .27-42. 1999.

RODRIGUES, T. O Contextualismo na Epistemologia Contemporânea. 2011. 125f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SEXTO EMPÍRICO. “Hipóteses Pirrônicas: livro I”. Trad. Danilo Marcondes. O que nos faz pensar. Rio de Janeiro n. 12: 1997, p. 115-122.

SILVA, J. V. S. Contextualismo Epistemológico e Um Tratamento Não-Indexical para Problemas Contextualistas. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STANLEY, J. ‘On the Linguistics Basis for Contextualism’, in: *Philosophical Studies* 119:119–146, 2004. _____ *Knowledge and Practical Interests*. Ed. by Peter Ludlow and Scott Sturgeon. Clarendon Press Oxford, 2005.